

GABINETE DO VEREADOR FLORIANO PESARO
DATA: 8/4/2013 – 5' DISCURSO

Ações para Habitação de Interesse Social

Sr. Presidente, nobres Vereadores, telespectadores da TV Câmara São Paulo. Boa tarde.

Já falei aqui neste Plenário sobre o passo importante que o Governo do Estado vem dando ao implantar a primeira parceria público-privada do país para habitações de interesse social.

A iniciativa viabilizará a construção de 10 mil moradias populares nos distritos da Sé e República, além dos bairros no entorno do Brás, Bela Vista, Belém, Bom Retiro, Cambuci, Liberdade, Mooca, Pari e Santa Cecília.

As áreas foram escolhidas a partir de estudos encomendados pela Secretaria da Habitação do Estado, que revelaram o potencial reprimido para a oferta de moradias. A Secretaria será a executora da PPP por meio da Casa

Paulista (Agência Paulista de Habitação), que tem o objetivo de ampliar a captação de recursos e a oferta de moradias de interesse social.

O assunto volta à tona agora, porque na última sexta-feira (5/4) o Governador Alckmin divulgou o cronograma de ação durante a abertura do evento Arq.futuro, sobre arquitetura e urbanismo.

Entre 15 de abril e 15 de maio será a consulta pública; em junho, a publicação do edital da PPP; recebimento das propostas, até agosto, e contrato assinado, até outubro.

Com isso, vamos conseguir melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores do Centro que moram em bairros distantes, e, ao mesmo tempo, contribuir para aliviar o sistema de transporte público, racionalizar o uso da infraestrutura local e promover o readensamento e a revitalização das áreas degradadas.

Serão priorizados projetos que incluam, além da oferta de moradias, soluções criativas de melhoria da mobilidade da população, acesso a equipamentos públicos,

aperfeiçoamento da infraestrutura local e a oferta e ampliação do comércio e serviços.

Esses fatores aumentam a atratividade para os empreendedores, que multiplicam as suas possibilidades de receita no empreendedorismo. A iniciativa privada poderá, por exemplo, explorar áreas comerciais e prestar serviços como a regularização de áreas ou a gestão condominial.

Tudo isso para reverter a evasão de mais de 300 mil pessoas, que acontece atualmente no Centro.

Os empreendimentos serão destinados às famílias com renda bruta mensal de até 10 salários mínimos, sendo que 90% das unidades atenderão famílias com renda de até cinco salários mínimos, formadas por beneficiários com vínculo empregatício em empresas do Centro da capital paulista. O morador terá 25 anos para quitar o seu imóvel,

Isso é agir com responsabilidade. Aqui nesta Casa tramita Projeto de Lei elaborado em parceria com o Presidente Police Neto, que institui diretrizes básicas para a

readequação e reaproveitamento de prédios de interesse social em nossa cidade. É o PL 209/2011.

Esse projeto vem para somar esforços e promover, definitivamente, a reocupação das áreas centrais de São Paulo. Trazer as pessoas para o Centro é a maneira mais eficaz e efetiva de revitalizar a região e melhorar a qualidade de vida em nossa cidade, aproveitando toda a infraestrutura que já temos aqui ao nosso dispor.

Obrigado.